



MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S. A

Rua: Alceu Amoroso Lima 276, Torre Comercial Salas 411 /412 -Bairro Caminho das Árvores,
Salvador, Bahia, CEP 41.820-770

CNPJ: 38.593.706/0001-87

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas.
- Parecer dos Auditores Independentes;

As demonstrações serão divulgadas em **31 de março de 2023** no site:

www.multicredscd.com.br

A Diretoria da Multicred declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador

Rua: Alceu Amoroso Lima 276, Torre Comercial Salas 411 /412 –
Bairro Caminho das Árvores, Salvador, Bahia, CEP 41.820-770



TERMO DECLARATÓRIO

Eu, PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA REGIS, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, Portador da célula de identidade RG nº 01.568.157-29 SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 329.751.205-91, residente e domiciliado em Salvador-BA, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Março de 2023

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (MULTICRED SCD)**, em atendimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o respectivo Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.

A **MULTICRED SCD** é uma sociedade de capital fechado com sede em Salvador (BA), foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 07 de julho de 2020, constituída juridicamente junto a JUCEB em 18/09/2020 e possui, como objeto social, a prática de operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas inerentes as Sociedades de Crédito Direto, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

A **MULTICRED SCD** encerrou o exercício de 2020 em fase - pré-operacional, iniciando as atividades em 15 de junho de 2021, observando os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Negócios apresentado ao Banco Central do Brasil (BACEN). Suas operações serão realizadas integralmente através de plataforma eletrônica, conferindo maior agilidade e segurança. O ano de 2022 a Multicred SCD teve a sua consolidação no mercado com operações de crédito que superaram o montante de R\$ 3,0 MM (milhões de reais), totalizando um volume de empréstimos no ano de R\$ 4,1 MM (milhões de reais), sendo necessário inclusive, aumento de capital na ordem de R\$ 1,8 (milhão de reais), em processo de autorização pelo Banco central do Brasil, com uma rentabilidade no ano de R\$ 388 mil reais.

PERSPECTIVAS

O ano de 2023 se iniciou com a perspectiva de continuidade da retomada econômica no Brasil, cujos primeiros sinais foram observados no ano que passou. Neste contexto, a MULTICRED SCD acredita que novas oportunidades de crescimento e fortalecimento do modelo de negócios continuarão apresentando um cenário positivo no decorrer deste ano.

Ratificamos nosso firme propósito no contínuo aprimoramento da nossa estrutura administrativa, tecnológica, compliance e gestão de riscos.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Demonstrações contábeis

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis da MULTICRED SCD, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 autorizando sua emissão em 31 de março de 2023.

AGRADECIMENTOS

Para finalizar, agradecemos aos acionistas, colaboradores e demais parceiros pelo empenho, confiança, dedicação e apoio na condução da sociedade e permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

MULTICRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S. A
CNPJ: 38.593.706/0001-87
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E 31 DE DEZEMBRO 2021

Balanço Patrimonial							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
ATIVO				PASSIVO			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		2.695	3.132	CIRCULANTE		85	21
Disponibilidades		130	18	Outras obrigações	7	85	21
				Cobrança e arrec. de tributos		1	2
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	1.125	1.948	Fiscais e previdenciárias		65	7
Carteira Própria		1.125	1.948	Diversas		19	12
Operações de crédito	5	1.438	1.160	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	5.379	3.173
Operações de crédito		1.448	1.166	Capital Social		5.818	4.000
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		(10)	(6)	Capital		5.818	4.000
Outros créditos		2	6	Lucros/Prejuízos acumulados		(439)	(827)
Diversos		2	6				
NÃO CIRCULANTE		2.769	62				
Operações de crédito	5	2.718	0				
Operações de crédito		2.738	0				
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		(20)	0				
Imobilizado	6	51	62				
Outras Imobilizações de Uso		83	79				
(-) Depreciações Acumuladas		(32)	(17)				
TOTAL DO ATIVO		5.464	3.194	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		5.464	3.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado				
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		931	1.485	182
Operações de crédito		918	1.427	60
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		13	58	122
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(13)	(13)	(6)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(13)	(13)	(6)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		918	1.472	176
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(543)	(986)	(886)
Despesas de pessoal		(103)	(192)	(130)
Outras despesas administrativas		(324)	(642)	(719)
Despesas tributárias		(110)	(137)	(13)
Outras despesas operacionais		(6)	(15)	(24)
RESULTADO OPERACIONAL		375	486	(710)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		375	486	(710)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(77)	(98)	0
Provisão para imposto de renda		(53)	(66)	0
Provisão para contribuição social		(24)	(32)	0
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		298	388	(710)
Lucro por ação		0,0512	0,0667	(0,1775)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstração do Resultado Abrangente				
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
		01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		298	388	(710)
Outros Resultados Abrangentes		0	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		0	0	0
Apuração de Resultado		0	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		298	388	(710)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de Dezembro 2020	4.000	0	0	0	0	(117)	3.883
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	0	0	0	0	0	0	0
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	(710)	(710)
4 - Destinações:							
- Reserva Legal	0	0	0	0	0	0	0
- Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0	0	0
- Dividendos/jcp	0	0	0	0	0	0	0
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	0	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro 2021	4.000	0	0	0	0	(827)	3.173
Mutações do Exercício	0	0	0	0	0	(710)	(710)

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2021	4000	0	0	0	0	(827)	3173
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	1818	0	0	0	0	0	1818
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	388	388
4 - Destinações:							
- Reserva Legal	0	0	0	0	0	0	0
- Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0	0	0
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	0	0	0	0	0	0	0
- Reservas Especiais de Lucro	0	0	0	0	0	0	0
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	0	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro 2022	5818	0	0	0	0	(439)	5379
Mutações do Exercício	1818	0	0	0	0	388	2206

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 30 de junho 2022	4.000	0	0	0	0	(737)	3.263
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
2 - Aumento de Capital	1.818	0	0	0	0	0	1818
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	0	0	0	0	0	298	298
4 - Destinações:							
- Reserva Legal	0	0	0	0	0	0	0
- Reservas Estatutárias	0	0	0	0	0	0	0
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	0	0	0	0	0	0	0
- Reservas Especiais de Lucro	0	0	0	0	0	0	0
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	0	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31 de dezembro 2022	5.818	0	0	0	0	(439)	5.379
Mutações do Exercício	1.818	0	0	0	0	298	2.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)

*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais			
1.1. Lucro/Prejuízo do período	298	388	(710)
1.2. Ajustes por Depreciação	8	15	15
1.3. Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	24	6
2. Variação de Ativos e Obrigações	(2.024)	(2.129)	711
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	(1.125)	823	1.915
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	(1.006)	(3.020)	(1.166)
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	68	4	(6)
2.4 Outros valores e bens	0	0	9
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	39	64	(41)
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(1.706)	(1.702)	22
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(4)	(4)	(7)
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	(4)	(4)	(7)
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	1.818	1.818	0
5.1 Aumento de Capital	1.818	1.818	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	108	112	15
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	22	18	3
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	130	130	18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Multicred Sociedade de Crédito Direto S.A**, sociedade anônima de capital fechado, instituição individual, autorizada pelo Banco Central do Brasil em 07 de julho de 2020, com base na Resolução nº 4656 de 26 de abril de 2018, iniciou suas atividades operacionais em 15 de junho de 2021. Tem por objeto a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros e atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado às operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios realizados por esta Sociedade conforme Lei nº 4.595, de 31 de dezembro 1964, e as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a serem permitidas por essas mesmas autoridades. O registro na junta comercial do Estado da Bahia ocorreu no dia 18/09/2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 01 de março de 2023, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment)

De acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito

A MULTICRED SCD iniciou suas atividades em 04 de janeiro de 2021, realizando operações com pessoas físicas nas modalidades de débito em conta e crédito consignado. Referidas operações foram devidamente classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo "AA" risco mínimo e "H" risco máximo. Ainda deverão ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias serão reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Esta provisão será constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias.

As provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (nota explicativa nº 7).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas

Para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Carteira Própria	1.125	1.948
Cotas de Fundos de Renda Fixa	0	1.948
Certificados de Depósitos Bancários	1.125	0

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	1.448	2.738	4.186	1.166	-	1.166
Títulos Descontados	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
	1.448	2.738	4.186	1.166	-	1.166
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	20	30	6	-	6
	1.438	2.718	4.156	1.160	-	1.160

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

Nível de risco	% de Provisionamento	31/12/2022		31/12/2021	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	0,50%	4.152	21	1.166	6
B	1,00%	24	-	-	-
C	3,00%	-	-	-	-
D	10,00%	-	-	-	-
E	30,00%	-	-	-	-
F	50,00%	2	1	-	-
G	70,00%	-	-	-	-
H	100,00%	8	8	-	-
		4.186	30	1.166	6

6. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de Uso com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados com taxa de depreciação de 20% a.a.. A composição e saldo é formada conforme os valores dispostos no quadro abaixo:

Valores em reais

Descrição	Tx Deprec.	Saldo		Depreciação Acumulada	Saldo 31/12/2022
		31/12/2021	Aquisição		
Mobiliário	10%	6.040,00	-	(1.181,17)	4.858,83
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	65.780,04	-	(28.808,46)	36.971,58
Equipamentos de Comunicação	10%	5.444,00	3.997,95	(1.996,13)	7.445,82
Outros Equipamentos	10%	2.509,78	-	(481,04)	2.028,74
Soma		79.773,82	3.997,95	(32.466,80)	51.304,97

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	31/12/2022	31/12/2021
Outras obrigações	85	21
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1	2
Sociais e estatutárias	-	-
Fiscais e previdenciárias	65	7
Credores Diversos País	19	12

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Expresso em Reais

Capital Social

O capital social no final do exercício de 2022 era de R\$ 5.818,180,00 (cinco milhões, oitocentos e dezoito mil e cento e oitenta reais), dividido em 5.818.180 (cinco milhões oitocentos e dezoito mil e cento e oitenta) de Ações Ordinárias, todas nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Lucros ou Prejuízos

A empresa possui R\$ 438.748,18 de prejuízo acumulado.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Expresso em Reais

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	Expresso em Reais	
	01/01/2022 a <u>31/12/2022</u>	01/01/2021 a <u>31/12/2021</u>
Contas de Resultado Credoras	1.485.473,55	182.059,31
Contas de Resultado Devedoras	(999.150,61)	(891.665,49)
Lucro/prejuízo antes dos Ajustes	486.322,94	(709.606,18)
(+) Adições	25.133,57	5.865,79
(-) Exclusões	-	-
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	-	-
(-) Compensação Prejuízos Exer. Anteriores	(153.436,95)	-
Lucro/prejuízo Tributário Real	358.019,55	(703.740,39)
Imposto de Renda - (15% + 10% adicional)	65.504,89	-
Contribuição Social - 9%	32.221,76	-

10. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<u>01/07 a</u>	<u>01/01 a</u>	<u>01/01 a</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas de Operações de Crédito	<u>918</u>	<u>1.427</u>	<u>60</u>
Rendas de Empréstimos	918	1.427	60

11. RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2021</u>
Receita com Operações Títulos e Valores Mobiliários	<u>13</u>	<u>58</u>	<u>122</u>
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimentos	13	58	122

12. DESPESA DE PESSOAL

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2021</u>
Despesas de Pessoal	<u>103</u>	<u>192</u>	<u>130</u>
Benefícios	6	11	13
Encargos Sociais	35	62	31
Proventos	62	119	86

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2021</u>
Despesas Administrativas	<u>324</u>	<u>642</u>	<u>719</u>
Água, energia e gás	4	9	7
Aluguéis	22	79	72
Comunicações	7	18	24
Processamento de dados	126	219	121



Propaganda e Publicidade	0	0	0
Despesas do Sistema Financeiro	11	26	17
Despesas de Transporte	4	7	3
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	132	237	432
Outras Despesas Administrativas	18	47	43

14. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2021</u>
Despesas Tributárias	<u>110</u>	<u>137</u>	<u>13</u>
Tributos e Taxas	67	68	5
PIS	6	10	1
Cofins	37	59	7

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

Os riscos sobre os quais a atividade econômica da Multicred SCD está sujeita são gerenciados pela empresa com base em políticas (devidamente formalizadas), que visam salvaguardar a continuidade da atividade e os interesses dos stakeholders (Acionistas, Colaboradores, Clientes, Governo, Sociedade, Parceiros Comerciais etc.). Destacam-se como riscos inerentes à atividade:

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte,



à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável.

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância:



considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O componente organizacional da ouvidoria encontra-se com sua formulação concluída e sua estrutura atende as disposições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

16. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 133,75% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim do 2º semestre de 2022 em R\$ 5.379.431,84.

17. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.



Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre exercício findo em 31/12/2022 foi autorizada pela Administração da MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 01 de março de 2023.

Paulo Fernando de Oliveira Regis
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

**DIRETORES E ACIONISTAS da
MULTICRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**
Salvador - BA

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MULTICRED Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma,

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

VICENTE
MICHELON:2
6690608034

Assinado de
forma digital por
VICENTE
MICHELON:2669
0608034

Vicente Michelon
CRCRS 052.365/O-8

Porto Alegre, 29 de março de 2023.

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRC RS Nº 4.626